

IMPERIALISMO, DEPENDÊNCIA, BURGUESIA E DEMOCRACIA NO NOVO- DESENVOLVIMENTISMO

Resumo

O trabalho pretende: (1) analisar os conceitos de imperialismo, dependência, burguesia e democracia na teoria do novo-desenvolvimentismo, tomando a obra de Luiz Carlos Bresser-Pereira como representativa desta escola teórica; (2) à luz disto, criticar a abordagem novo-desenvolvimentista.

Palavras-chave: imperialismo; dependência; desenvolvimento econômico; novo-desenvolvimentismo.

Abstract

This work intends to (1) analyze the categories of imperialism and dependency in the new-developmentalism theory, taking the work of Luiz Carlos Bresser-Pereira as the most representative of this theoretical approach; (2) in light of that, the work intends to criticize the new-developmental approach.

Keywords: imperialism; dependency; economic development; new developmentalism.

Classificação JEL: F54, F63, N16, O10

VITOR SCHINCARIOL

Universidade Federal do ABC
– Bacharelado em Ciências
Econômicas (BCE)

JOSÉ PAULO GUEDES

Universidade Federal do ABC
– Bacharelado em Relações
Internacionais (BRI)

I. Introdução

A teoria do chamado novo-desenvolvimentismo na obra de Luiz Carlos Bresser-Pereira segue um caminho categorial e lógico que apreende e articula os conceitos de imperialismo, dependência e desenvolvimento. Seu conceito de imperialismo assume que as potências industriais buscam impedir a industrialização periférica; sua noção de dependência reconhece que há exploração de países por países no plano internacional, mas contempla também a possibilidade de que essa dependência possa ser contrariada por uma burguesia nacional que atue de modo progressista. Assim, o que Bresser-Pereira chama de novo-desenvolvimentismo é a *possibilidade* de um desenvolvimento econômico de tipo nacional, mediante uma crítica à hegemonia dos centros econômicos. Nesta crítica é central a noção de *convencimento e persuasão* das elites do país, pois se supõe que é possível engendrar um processo viável de desenvolvimento baseado em capitais nacionais e particularmente na produção industrial. Este texto busca analisar como este autor conecta logicamente as categorias de imperialismo, dependência, burguesia e democracia, de modo a propor um novo pacto novo-desenvolvimentista, e como situa seu novo paradigma à luz das abordagens teóricas com as quais dialoga, definindo-o também como “nacional-dependente”. Seguem-se depois desta análise algumas críticas aos pressupostos do paradigma

“nacional-dependente” ou “novo-desenvolvimentista”, o qual foi desenvolvido principalmente por Bresser-Pereira.

O restante deste artigo divide-se nas seguintes seções, além desta introdução: imperialismo e dependência no nacional-desenvolvimentismo; a proposta do novo-desenvolvimentismo; críticas à abordagem do novo-desenvolvimentismo; conclusão; referências.

2. Imperialismo e dependência no nacional-desenvolvimentismo

A origem do termo “imperialismo” tal como modernamente entendido remonta à segunda metade do século XIX, momento no qual se dava, justamente, uma nova expansão colonialista europeia, agora definida como “imperialista”. A obra *Imperialism: a study* (1902), escrita pelo teórico inglês John Hobson (1858-1940), é o texto pioneiro sobre o imperialismo. Hobson foi influenciado pelo intelectual reformista britânico John Ruskin (1819-1900) e pelo socialismo fabiano².

¹ Hobsbawm afirma que o conceito de colonialismo “constituiu o ponto de partida para outras análises mais amplas, pois não há dúvida de que o termo imperialismo se incorporou ao vocabulário político e periodístico durante a década de 1980 no curso dos debates que se desenvolveram sobre a conquista colonial. Ademais, foi então quando adquiriu, enquanto conceito, a dimensão econômica que não perdeu desde então” (HOBSBAWM, 2009 [1987], p.69). Arrighi, por sua vez, afirma que “o conceito de ‘imperialismo’ foi introduzido no início do século XX com o objetivo de tratar, na teoria e na prática, do inesperado desenvolvimento da economia mundial capitalista” (ARRIGHI, 1996 [1993], p.376).

Ademais, foi um teórico pacifista e reformista, tendo militado no Partido Trabalhista inglês (CLARKE, BACKHOUSE & CAIN, 2008, p. 5977).

O imperialismo teorizado por Hobson via na exportação de capital a resposta que os países ricos encontravam para resolver o problema da crise de subconsumo que seria inerente ao capitalismo (MILIOS & SOTIROPOULOS, 2009, p. 10). Assim, o imperialismo exercido pelos países desenvolvidos pretendia encontrar emprego para o excesso de capital, buscando obter lucros e juros nos países subdesenvolvidos através das empresas multinacionais e dos empréstimos financeiros. Para Hobson, porém, o imperialismo não seria uma consequência estrutural do capitalismo, podendo ser evitado por políticas de tributação que tornassem o mercado doméstico mais atrativo aos capitalistas dos países imperialistas, diminuindo-se a propensão média a poupar da economia e tornando-a mais atrativa. Um mercado doméstico em maior expansão, aliado a uma crítica aberta e persistente dos efeitos negativos que as políticas imperialistas eventualmente trouxessem ao próprio país imperialista, poderiam eliminar o imperialismo e abrir o caminho para um capitalismo centrado na produção doméstica e no pacifismo.

Schumpeter foi um dos autores que criticou a definição marxista de imperialismo numa linha hobsoniana, ao defini-lo como um conjunto de “agressive attitudes on the part of the states” (SCHUMPETER, 1966 [1951], p.3). Este autor optou por tratar o problema do imperialismo de

forma mais pragmática, semelhantemente à de Hobson, no sentido de desvincular a expansão do capitalismo necessariamente à necessidade de uma política imperialista. Para Schumpeter, a história sempre mostrou experiências imperialistas, não por uma “necessidade intrínseca” deste ou daquele sistema, mas sim porque o “comportamento agressivo dos estados e classes” sempre existiu (1966 [1951], p.5). Recentemente, a abordagem pós-marxista da chamada teoria do sistema-mundo tem adotado um procedimento teórico semelhante, pois busca desvincular o capitalismo do pós-guerra (1945) de uma tendência *inerente* voltada à anexação e ao conflito militar³.

O pensamento nacional-desenvolvimentista brasileiro também adotou a vertente “hobsoniana” de imperialismo, mais coerente com sua defesa de um desenvolvimento de tipo capitalista para um país periférico. Neste campo teórico, o imperialismo refere-se de forma abrangente às políticas das nações industrializadas contrárias de alguma forma ao processo de industrialização dos países periféricos ou a sua autonomia econômica. O imperialismo seria a principal forma de oposição a um processo de desenvolvimento. Neste campo,

² O socialismo fabiano foi um movimento político-social britânico, nascido no fim do século XIX, que propunha a elevação da classe operária para torná-la apta a assumir o controle dos meios de produção. Em sua ação rejeitava as ideias utópicas. Não consistia em um movimento revolucionário, mas tinha como escopo a progressão, em um sentido socialista, das instituições já existentes.

³ Para um resumo da posição da teoria do sistema-mundo, ver Arrighi (1996 [1993]); para uma crítica deste tipo de abordagem na obra de Harvey, ver Moryoe Yeros (2012); para um balanço da literatura marxista recente, ver Milios e Sotiropoulos (2009).

não se buscou, portanto, discutir se o capitalismo seria *inerentemente* imperialista ou não, mas sim os efeitos concretos das políticas imperialistas quando estas fossem exercidas.

Neste sentido, o imperialismo deveria ser combatido em função da *viabilidade* de um capitalismo com bases nacionais. Assim, um país agrário-exportador poderia escapar à partilha do mundo pelas nações imperialistas e desenvolver políticas industrializantes através da aplicação de políticas corretas e autônomas. Se o objetivo das políticas nacional-desenvolvimentistas era o desenvolvimento capitalista, não caberia adotar a visão leninista da inevitabilidade da agressão e do confronto imperialista. O imperialismo podia ser enfrentado com políticas conscientes e deste choque resultar num aumento da autonomia nacional sem necessariamente haver um conflito militar.

Os nacionalistas e desenvolvimentistas assumiram a *viabilidade* de um desenvolvimento de tipo capitalista no Brasil com base na união dos empresários industriais (que se supõe formarem uma fração de suas classes dominantes) com trabalhadores, intelectuais e técnicos da administração pública. Esta união entre os trabalhadores urbanos e (pelo menos) parte da burguesia industrial poderia construir as bases para o enfrentamento dos interesses estrangeiros que seriam opostos à autonomia nacional e à industrialização local, bem como para a exploração do mercado doméstico e dos recursos naturais do

país por estas burguesias locais, em proveito da maioria. O nacional-desenvolvimentismo passou a ser uma corrente abrangente de pensamento originada de um processo objetivo, qual seja, a industrialização do Brasil e a posterior crise do colonialismo europeu, fenômenos que aparentemente eliminavam a ideia de inevitabilidade da conquista imperialista tal qual aparecia na obra de Lênin.

Neste contexto é que a produção de uma literatura especificamente nacional-desenvolvimentista no Brasil emergiu paralelamente à adoção de políticas nacionalistas, a partir da ascensão de Vargas em 1930 (NASCIMENTO, 2002), particularmente na equipe de técnicos montada por Vargas em 1951⁴, e nas obras dos membros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)⁵ e da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina)

⁴ Nas palavras de Brandi, “logo após a posse do governo, Getúlio decidiu criar um órgão de assessoramento e planejamento econômico, diretamente ligado à Secretaria da Presidência. A chefia da Assessoria Econômica foi entregue a Rômulo de Almeida, a convite do próprio Vargas, e sua equipe integrada por técnicos de posições nacionalistas, entre os quais Jesus Soares Pereira, João Neiva de Figueiredo, Ignácio Rangel, Cleanto de Paiva Leite e Tomás Pompeu Acióli Borges” (BRANDI, 2010).

⁵ Foi motivo de clivagem interna ao grupo do ISEB o debate sobre o papel do capital estrangeiro para uma estratégia de desenvolvimento, tendo sido a posição simpática de Hélio Jaguaribe contestada por outros membros do grupo, de perfil mais nacionalista. Tais debates levaram mesmo a uma crise no Instituto, inaugurando-se uma segunda fase deste, durante a qual ganharam posições Alberto Guerreira Ramos, Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto. Nesta segunda fase do ISEB, “repercutindo o ambiente de radicalização social, o Instituto matizou o protagonismo da burguesia industrial na aliança nacionalista e destacou o tema das reformas de base” (MARTINS, 2006, p.683). Estes mesclaram explicitamente “nacional-desenvolvimentismo” e categorias do marxismo, sem que os autores se identificassem necessariamente com o marxismo, com exceção de Werneck Sodré.

(BARBOSA, 1996). Bresser-Pereira, o maior expoente do que se define hoje como o novo-desenvolvimentismo, reconhece explicitamente a influência do ISEB e da CEPAL em sua obra (ver particularmente BRESSER-PEREIRA, 2005). Esta influência não é explícita na maioria das outras obras que seguem a escola novo-desenvolvimentista⁶. Segundo Bresser-Pereira, tanto os grupos da CEPAL como do ISEB “filiavam-se à teoria do imperialismo”, ou seja, “a teoria que explica o subdesenvolvimento principalmente como o resultado da ação imperialista das grandes potências, que busca manter os países da periferia exportadores de produtos agrícolas e matérias-primas” (2005, p. 205).

Em sua recente obra *A Construção Política do Brasil* (2014), que aqui utilizamos como uma das bases para o estudo do novo-desenvolvimentismo, Bresser-Pereira contrapõe “formas do imperialismo” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p.112) ao abordar a categoria em dois níveis de análise, que corresponderiam a distintas fases históricas: imperialismo “explícito” e “implícito”⁷. O imperialismo “explícito” referir-se-ia (i) à época colonial (séculos XVI-XVIII) e (ii) ao imperialismo do século XIX, com ocupação territorial, anexação e domínio de fato de uma nação por outra. O imperialismo “implícito” relacionar-se-ia à etapa mais recente do imperialismo, surgida depois de 1945, que o autor define como de “hegemonia ideológica” e “submissão financeira”. Assim, o primeiro conceito ou “forma do

imperialismo”, “explícito”, refere-se às etapas mercantil-colonial e industrial do imperialismo; o segundo, à etapa do “imperialismo hegemônico” (*ibidem*, p.43). Enquanto o imperialismo comercial e/ou industrial deu-se pela “troca desigual” e abertura de mercados, o “imperialismo hegemônico” dá-se mediante a *persuasão* (o termo é do próprio autor) das “elites” dos países “em desenvolvimento” para abrirem seus mercados e endividarem-se no exterior (*ibidem*, p.112). Deste modo:

[Os países imperialistas] perderam a legitimidade para a dominação política direta, mas

⁶ Para um resumo de análises novo-desenvolvimentistas, ver Sicsú *et alii* (2005) e Sicsú e Vidotto (2008).

⁷ De fato, o uso do conceito de imperialismo entre o ISEB não é homogêneo. Toledo afirma que se o ISEB “concorda basicamente no tocante à identificação das forças que constituem o polo que favorece o desenvolvimento nacional, o mesmo não se pode dizer acerca daqueles setores que compõem o polo *antagonista*” (TOLEDO 1977, p.122). E continua: “Para Vieira Pinto, R. Corbisier e N.W. Sodré, as forças que se agrupavam em torno daqueles setores que obstaculizam o projeto nacional-desenvolvimentista têm no imperialismo o seu principal agente. G. Ramos e C. Mendes falam em centros dominantes ou metropolitanos como ‘forças opostas’ ao desenvolvimento, mas nunca chegam a conotá-los com o conceito de imperialismo. Para H. Jaguaribe, o imperialismo jamais é privilegiado pela análise, uma vez que não é entendido a rigor e, em princípio, como força antagonista” (*idem ibidem*). Neste ínterim, Hélio Jaguaribe chegara a definir o imperialismo de uma forma totalmente oposta àquela do sentido marxista, como sendo um estágio geral que resulta do desenvolvimento do nacionalismo de *qualquer* país, desprezando o imperialismo como um evento histórico singular referente a um grupo de nações, e situando-o no plano das categorias universalizantes típicas da teoria da modernização ou da teoria neoclássica. Quando as nações asiáticas, africanas etc. atingissem tal estágio, tornar-se-iam imperialistas também. Aqui Jaguaribe justifica o imperialismo europeu e o descaracteriza como fenômeno do homem branco (ver JAGUARIBE, 2005 [1958], pp.29-30). Assim, o conceito de imperialismo do novo-desenvolvimentismo parece identificar-se com aquele de uso corrente nos textos dos outros autores do ISEB (que, com exceção de Werneck Sodré, não eram marxistas), mantendo-se assim uma indireta filiação à abordagem hobsoniana.

continuaram a explorar os países em desenvolvimento por intermédio de suas empresas multinacionais e do seu sistema financeiro, graças à sua hegemonia ideológica facilitada pela dependência das elites locais (*idem ibidem*).

Como se sabe, depois dos golpes militares sucedidos ao longo dos anos 1960 e 1970 na América Latina surgiria uma reconsideração crítica das ideias nacional-desenvolvimentistas. Neste ínterim, Bresser-Pereira adotou parcialmente as conclusões da Teoria da Dependência, todavia não endossando totalmente nem as versões de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, nem a de Ruy Mauro Marini e outros autores da chamada esquerda revolucionária. Quanto ao que Bresser-Pereira define como “versão associada da teoria da dependência”, ligada a Cardoso e Faletto, afirma: “tinha razão em [criticar os regimes desenvolvimentistas porque eram autoritários e excludentes], mas equivocou-se ao jogar fora a ideia de nação juntamente com o autoritarismo e o caráter excludente destes regimes, como se isso fosse necessário para alcançar a democracia e diminuir as desigualdades” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p.194). Quanto a Marini e à versão revolucionária da dependência, que define como de “superexploração imperialista”, o autor afirma que “acentuava o caráter imperialista da relação centro-periferia. O problema com esta interpretação é de outra natureza: reside no seu caráter utópico, na ideia de que uma revolução socialista seria viável no Brasil” (*idem ibidem*).

A partir desta posição, Bresser-Pereira assume uma postura que define o nosso desenvolvimento como “nacional-dependente”. O trajeto percorrido pode ser assim resumido: o autor retém o conceito de imperialismo não-marxista acima mencionado; retém parte da interpretação “nacional-burguesa” dominante nos 1950, no que se refere a um “otimismo parcial” com relação à autonomia da burguesia nacional⁸; assume também, em sua interpretação “nacional-dependente”, haver “obstáculos ao desenvolvimento que representam os conselhos e pressões dos países ricos para que os países em desenvolvimento adotassem políticas que não atendiam aos seus interesses” (*ibidem* p. 196). De posse de tal noção de imperialismo e da hipótese da interpretação nacional-burguesa otimista quanto ao caráter da burguesia, Bresser-Pereira aceita, ainda que parcialmente, o diagnóstico da dependência. Com isto, “reconhece parcialmente o caráter dependente da burguesia industrial” (*ibidem*, p. 195).

Assim, a interpretação nacional-dependente de Bresser-Pereira diferencia-se da visão revolucionária da dependência por considerá-la “utópica”, e da versão “associada” por considerá-la ignorante do problema do imperialismo. Para Bresser-Pereira, a teoria da dependência associada não enfatizava a exploração internacional, mas apenas as relações de classe, sendo, assim, limitada.

⁸ Segundo Bresser-Pereira “uma interpretação que fazia a crítica do imperialismo enquanto era otimista em relação à autonomia da burguesia nacional” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p.195).

Com isto, afirma o autor, a interpretação nacional-dependente “manteve-se próxima da interpretação nacional-burguesa, porque reafirmou o problema do imperialismo, agora identificado com hegemonia ideológica, e porque relativizou [a] dependência, afirmando-a ambígua ou contraditória” (*idem ibidem*, p. 195). A validade ou viabilidade da hipótese nacional-dependente reside justamente no caráter “ambíguo” ou “contraditório” da burguesia.

Durante muito tempo não vi com clareza a distinção entre essa versão da interpretação da dependência e a alternativa nacional-dependente, que sempre fez mais sentido para mim na medida em que preserva a ideia de uma burguesia nacional, mas considera essa burguesia ambivalente e contraditória –ora associada à nação, ora subordinada às elites dos países ricos (*ibidem*, p. 198).

3. A proposta do novo-desenvolvimentismo

Apesar da dependência e do imperialismo, o novo-desenvolvimentismo supõe a possibilidade da atuação de uma parte da burguesia num sentido autônomo e nacional, buscando distanciar-se do pressuposto da luta de classes e deslocando o principal conflito social existente, tal como no ISEB, para os polos nação/antinação. Bresser-Pereira chega a afirmar em uma de suas obras que se tivesse que comparar as elites industriais e intelectuais brasileiras, “concluiria que as

primeiras estão mais identificadas com a Nação, porque seus interesses estão mais identificados com os interesses nacionais” (BRESSER-PEREIRA, 2007, p.274). Malgrado a dependência de fato, nesta teoria assume-se uma “democracia consolidada” no Brasil e uma burguesia que pode ser *convencida* a desempenhar um papel positivo e progressista. Por isso define-se o Brasil com o oxímoro de “sociedade nacional-dependente”. O conceito de imperialismo aqui aparece então como mais restrito do que o do próprio ISEB, porque se supõe uma brecha “desenvolvimentista” mesmo depois de uma dependência *consolidada*, e não no calor de uma disputa cujo resultado ainda estaria mais ou menos indefinido.

A hipótese de um novo-desenvolvimentismo na obra de Bresser-Pereira está assentada no pressuposto de uma burguesia que pode ser “convencida” da superioridade da democracia e do crescimento baseado na poupança interna. O principal argumento histórico de comprovação desta hipótese dado por Bresser-Pereira é o da redemocratização brasileira no fim da década de 1970, que teria ocorrido em parte devido à atuação da burguesia, “particularmente a industrial”, que, segundo ele, “começou a romper o Pacto Autoritário-Modernizante a que estava associada desde 1964 e gradualmente se aliou às forças populares” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p.233). Note-se como o autor não nega à luta social seu papel na redemocratização, argumentando que “a transição democrática não foi o resultado da vitória

dos militares *sofiliners* sobre os *hardliners* nas Forças Armadas [...] mas um movimento ocorrido no seio da sociedade civil” (*idem ibidem*).

A partir do momento em que a classe dominante burguesa se deu conta de que a ameaça do comunismo desaparecera, e que, embora a democracia não fosse o regime político ideal para ela, a experiência histórica mostrava que não havia nela o risco da “ditadura da maioria” que os ideólogos liberais sempre alegavam, ela se convenceu de que era mais seguro e talvez lhe garantisse mais poder sacudir a tutela militar e se associar às forças democráticas (*idem ibidem*).

Assim, a análise novo-desenvolvimentista preocupa-se em pôr à margem a noção de luta de classes. Antes, interpreta-se a história do Brasil como marcada por “pactos”, e relativiza-se o conceito de exploração interna. No que se refere à história recente, atribui-se à própria burguesia o abandono de um regime ditatorial cuja gênese ela mesma apoiou anos antes, e cujo fim significou uma ampliação dos direitos sociais aos trabalhadores. A burguesia teria aceitado um “pacto” para pôr fim à ditadura militar no Brasil, em 1977 e nas “diretas-já”. Aqui o novo-desenvolvimentismo distancia-se de uma interpretação da redemocratização como: (1) o resultado de uma grave crise econômica, fruto dos erros das políticas oficiais, crise que os governos militares não puderam manejar; (2) modificação da postura dos Estados Unidos, com a nova (suposta) defesa

dos “direitos humanos” a partir de Jimmy Carter, que politicamente enfraqueceu também a ditadura; (3) intensificação da luta de classes.

A partir deste pressuposto sociológico (isto é, a burguesia pode ter um papel desenvolvimentista e pode ser separada em “rentista” e “industrial”), deriva-se a receita de um novo-desenvolvimentismo. Poder-se-ia obter o crescimento industrial a partir da poupança interna e de uma taxa de câmbio competitiva se as classes sociais chegassem a um novo entendimento, um novo “pacto”.

Do ponto de vista microeconômico, esta teoria preconiza um Estado planejador, limitando, porém, o planejamento estatal aos setores ditos não competitivos da economia e deixando o setor competitivo para a coordenação do mercado. Mesmo assim, o novo-desenvolvimentismo defende uma política industrial ativa. Ainda dessa perspectiva, a teoria vê com bons olhos uma política de distribuição de renda que se daria através da valorização do salário mínimo e de uma tributação progressiva (para evitar uma distribuição de renda através da apreciação da taxa de câmbio). Para países como o Brasil (de renda média), propõe no curto prazo a exportação de manufaturados (enquanto a mão de obra for barata), criticando, em decorrência disso, a política de crescimento com base na poupança externa, ou seja, criticando em última instância os déficits em conta-corrente que podem ocorrer por

sobrevalorização da moeda (doença holandesa) (BRESSER-PEREIRA, 2007 e 2016).

Já do ponto de vista macroeconômico, o novo-desenvolvimentismo assume tanto o desenvolvimento econômico como a estabilidade financeira como variáveis dependentes de preços macroeconômicos “corretos” (a taxa de lucro, a taxa de câmbio, a taxa de juros, a taxa de salários e a taxa de inflação). Deste modo, adota-se o discurso da responsabilidade fiscal, porém incluindo a noção de responsabilidade cambial⁹. Assim, por exemplo, níveis baixos da taxa de inflação (menor que dois dígitos) não devem ser a única meta a ser perseguida pela macroeconomia. Dessa forma, o novo-desenvolvimentismo faz parte do campo de pensamento que defende políticas de estímulo à demanda efetiva. Mas como enxerga na doença holandesa um dos principais entraves ao desenvolvimento, para além dos juros baixos e do déficit público, defende que haja ajustes fundamentais para colocar a taxa de câmbio no que chama de “equilíbrio industrial”, o que pode implicar uma redução temporária de todos os rendimentos, mas que garante que não haja déficits na conta corrente do balanço de pagamentos. Ainda sob essa perspectiva, defende que se promovam tarifas aduaneiras baixas, e que se tributem as exportações de *commodities* com o objetivo de neutralizar a doença holandesa (*idem ibidem*).

O suposto pacto a haver entre os diversos atores sociais pressupõe, dessa forma, um Estado ativo, uma concepção diferente, portanto, da forma de Estado neoliberal. Estas propostas, portanto, seriam razoáveis para embasar um novo projeto de desenvolvimento para o país. Além disso, deveria haver, no Brasil atual, condições democráticas para viabilizar, do ponto de vista econômico, este pacto entre as elites e o povo. Vale notar que, segundo a teoria em questão, estas condições já existiriam: “a consolidação da democracia comprovou-se pelo fato de que, em nenhum momento, a burguesia e os partidos da direita pensaram num golpe de Estado para enfrentar o problema criado pela eleição de um presidente de esquerda” [no caso, Lula, em 2003] (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 343).

Porém, a viabilidade deste pacto é incerta, não dependendo apenas das condições econômicas, mas sim de disposição política, que, segundo Bresser-Pereira, não teriam existido no Brasil nos

⁹ “Preços macroeconômicos certos não são aqueles preços definidos pelo mercado, mas os que fazem sentido econômica e politicamente: (a) a taxa de lucro deve ser satisfatória, ou seja, alta o bastante para motivar as empresas a investir; (b) a taxa de câmbio deve tornar as firmas competentes, competitivas; (c) o nível da taxa de juros deve ser o mais baixo possível; (d) a taxa de salário deve aumentar com a produtividade e ser condizente com uma taxa de lucro satisfatória; (e) a taxa de inflação deve ser baixa, inferior a dois dígitos. Por responsabilidade fiscal entende-se que o Estado deve manter suas contas equilibradas, só incorrendo em déficits públicos elevados quando o país enfrenta recessão; superada esta, o Estado deve buscar superávits para restabelecer um nível confortável de dívida pública; por responsabilidade cambial entende-se que o país não deve incorrer em déficits em conta-corrente a não ser excepcionalmente, quando houver garantia de que esses déficits não são causados por consumo, mas por investimento” (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 251).

últimos anos. Não obstante, a despeito de não ter havido um novo pacto desenvolvimentista no Brasil atual, o novo-desenvolvimentismo de Bresser-Pereira tem uma visão bastante positiva do Brasil moderno. A análise de Bresser-Pereira, por conferir um espaço central à *contingência* que sempre existe quando se assume que o mundo pode ser movido pelas ideias, leva necessariamente a uma descrição otimista das condições institucionais brasileiras. O Brasil seria, é verdade, uma sociedade “nacional-dependente”, que sofre os efeitos da dominação imperialista (em seus próprios termos). É uma “nação incompleta” porque não realizou completamente seu “desenvolvimentismo” (*ibidem*, p. 399). Mas poderia, mediante a atuação da sociedade civil e eventualmente de sua burguesia, pensar-se como nação soberana (Bresser-Pereira vê aí um espaço de contingência a aproveitar-se, no qual o papel da difusão e da propaganda assumem centralidade – daí a plêiade de artigos e livros deste próprio autor).

O Brasil seria, ao mesmo tempo, uma nação “em busca de uma estratégia nacional-desenvolvimentista, porque, no quadro de uma democracia, os eleitores assim exigem” (*ibidem*, p. 400) e o país estaria também caminhando na defesa cada vez maior dos direitos sociais e na construção de um Estado de Bem-Estar, com uma “democracia participativa e solidária” (*ibidem*, p. 401). A política de cotas mostraria que a sociedade brasileira “estaria decidida a enfrentar o problema

da discriminação de negros e mestiços”. Além disto, o Brasil seria constituído por uma sociedade que luta pela proteção ao meio ambiente. Desta forma, como corolário, haveria no Brasil “uma democracia bem melhor do que seu nível de crescimento econômico deixaria prever” (*ibidem*, p. 303).

4. Críticas à abordagem do novo-desenvolvimentismo

Bresser-Pereira entende o imperialismo como uma contradição fundamental a impedir o desenvolvimento econômico brasileiro, e de sua abordagem deriva a necessidade de uma “frente ampla” que reunisse não apenas trabalhadores, mas todos os setores da sociedade que se beneficiariam com um processo de crescimento. De um ponto de vista da correlação de forças existentes no Brasil, não se poderia *a priori* imputar a esta abordagem falta de sentido histórico ou de senso de realidade política. Busca-se manter o núcleo da tradição cepalino-isebiana de pensar o processo de desenvolvimento a partir da condição dos países periféricos e, particularmente, da condição nacional, com a formulação de uma teoria econômica adequada a suas realidades, e não a partir de uma mera transposição automática de ideias econômicas que se originaram em outras realidades.

O novo-desenvolvimentismo busca, assim, uma atualização teórica à luz das mudanças recentes

da economia brasileira e mundial, denotando-se o sentido de comprometimento com uma abordagem teórico-metodológica não estática e realista, o que por si torna a macroeconomia novo-desenvolvimentista objeto de interesse. Este esforço de atualização teórica do novo-desenvolvimentismo tem, em si mesmo, portanto, produzido novos e importantes diagnósticos, com o refinamento de uma própria “macroeconomia do desenvolvimento”. Mas podemos esboçar várias críticas ao que consideramos serem os aspectos problemáticos da abordagem novo-desenvolvimentista, propensos a macular a viabilidade de um novo pacto suposto possível, quais seriam estas.

Uma dificuldade da abordagem novo-desenvolvimentista reside em sua interpretação da categoria de imperialismo. Se as relações Norte-Sul são “hegemônicas” na atualidade, porque defini-las *também* como imperialistas (“imperialismo de tipo hegemônico”)? A ênfase na característica supostamente preponderante de “hegemonia” do imperialismo depois da Segunda Guerra Mundial (1945) ignora que a história das relações Norte-Sul neste período não se caracterizou e não se caracteriza apenas por persuasão e convencimento, inclusive no caso do Brasil. As relações Norte-Sul nas guerras ocorridas durante estes mais de sessenta anos depois de 1945 foram também de conflitos armados, em que as potências se envolveram e se envolvem ainda direta ou indiretamente, incluindo os golpes militares

latino-americanos. Assim, a história recente do imperialismo não se refere apenas a seu aspecto “hegemônico”, categoria eufemística, mas sim ao uso da força direta, da espionagem, da sabotagem etc.. O uso da hegemonia e da persuasão são partes de uma relação mais abrangente, que não descarta o uso da força quando necessário ou quando factível politicamente. Se assim é, o imperialismo seria o imperialismo, e não necessitaria de apostos.

O uso impróprio da categoria de imperialismo conduz a um uso que seria também impróprio, em termos marxistas, do termo “alienação”. De fato, o novo-desenvolvimentismo atribui à “alienação das elites” e sua adoção do “neoliberalismo” os descaminhos tomados pela industrialização no Brasil. Supõe-se que as “elites” teriam assumido caminhos que, diante das opções que se lhes apresentaram, foram-lhes contraproducentes, na forma de endividamento externo e concessão do mercado interno ao “imperialismo”. As “elites” também poderiam ser “alienadas”, no sentido de não se darem conta de seus “reais” interesses. O uso do conceito de alienação quanto às elites mostra o uso pelo autor, novamente, das categorias marxistas sem a adoção do método marxista. Assim, nesta leitura, as elites não perseguem diariamente um caminho conscientemente dialético de sua dominação a balancear suas relações domésticas com os trabalhadores e suas relações internacionais. Elas eventualmente “erram”, por “alienarem-se”.

Para o novo-desenvolvimentismo, as “elites”, diante de todas as condições materiais para um *ajuste* ou *escolha consciente* de vários caminhos a seguir (ausentes para o proletariado), não teriam elegido os *caminhos que melhor correspondiam a seus interesses* em cada momento da história. Não teriam se ajustado racionalmente a uma *divisão internacional do trabalho* em mutação constante, nas condições de uma dependência, agora aprofundada no neoliberalismo. Em última instância, foram enganadas, alienaram-se, devido à política de convencimento e persuasão das potências imperialistas. Sem estas, as elites teriam sabido o que era melhor para elas mesmas.

Mas, poder-se-ia perguntar: poderiam as elites, com seu controle dos meios de produção, seu comportamento pecuniário e acesso a todo o conhecimento existente, “alienarem-se”, num sentido similar àqueles que são explorados no processo de produção, a ponto de atuarem contra seus próprios interesses de classe? Tornar-se importador, varejista ou rentista não denotaria um ajuste racional às circunstâncias dadas (neoliberalismo e abandono de um projeto nacional) da mesma forma que se tornar produtor industrial quando outras opções alocativas não se apresentaram no momento de temporária desorganização da divisão internacional do trabalho (aproximadamente 1930-1960)?

Nesta interpretação, segundo o uso do conceito de imperialismo como um processo de persuasão,

as elites periféricas atuariam contrariamente a seus próprios interesses. Assim, o conceito de alienação parece distante do comportamento efetivo real do objeto que busca descrever. As elites brasileiras, porém, não parecem atualmente menos consolidadas em seu exercício de dominação. O que teria ocorrido, em nossa interpretação, é uma alteração na alocação de seus investimentos da produção para outras atividades. Nesta óptica, a *saída real que o sistema tomou* durante o neoliberalismo teria correspondido, de fato, à saída mais racional possível a tais elites. Fossem a elas vedadas as estratégias de sobrevivência como as opções do comércio de importação, do mercado imobiliário, do agronegócio, da financeirização, e mesmo das atividades ilegais, certamente os investimentos na produção e na manufatura não teriam sido deslocados em sua carteira de inversões.

Outro problema conceitual refere-se à suposta separação entre uma “burguesia industrial” de outras frações da burguesia, ou uma atuação “industrial” com relação aos outros setores da economia. Esta separação parece não resistir a uma análise da estrutura de propriedade do capital atualmente existente entre os principais grupos atuantes no país. Uma suposta separação entre uma área de atuação que estaria à disposição de uma burguesia interna face aos grupos internacionais também parece frágil, tamanho o grau de dependência ao qual chegou a economia

brasileira¹⁰. Uma atuação “anti-imperialista”, com impactos na atuação do capital internacional aqui, prejudicaria todo o conjunto da atividade econômica, tornando-se desinteressante como plataforma política para os grupos nacionais. Isto torna o uso das várias acepções de burguesia limitado, bem como a construção de um pacto, dado que qualquer construção política anti-imperialista afetaria grande parte dos interesses econômicos locais, dado o entrelaçamento entre capital local e global.

A partir disto, chega-se à desvinculação existente entre a infraestrutura econômica e a superestrutura política na abordagem novo-desenvolvimentista. O novo-desenvolvimentismo constrói um diagnóstico pessimista da situação econômica, mas julga serem promissoras as condições da democracia brasileira. Não haveria uma correlação entre a deterioração do Brasil em termos de sua capacidade industrial e suas condições políticas e sociais. O Brasil seria uma “nação incompleta” e “dependente”, mas apresentaria uma democracia consolidada e uma sociedade civil “decidida a vencer” o racismo, a inflação e a concentração de renda (uma “sociedade civil viva e atuante [que] garante uma democracia consolidada” (BRESSLER-PEREIRA, 2014, p. 399). Neste ponto, ao se separar as condições da desindustrialização continuada e da reprimarização do comércio exterior e a consolidação dos principais aspectos do neoliberalismo na economia, das condições políticas e sociais mais gerais que

se considera ainda passíveis de forjar um pacto anti-imperialista, o novo-desenvolvimentismo, em nosso julgamento, flexibiliza demasiadamente a independência entre a superestrutura política e a infraestrutura econômica.

De fato, se há alguma determinação do nível superestrutural pelo infraestrutural (sem exclusão da influência das ideias ou de sua eventual autonomia relativa), esta teria implicações para os pressupostos adotados com relação aos conceitos de imperialismo e dependência. Poder-se-ia enumerar a seguinte série de eventos cuja maturação e posterior cristalização implicariam uma reconsideração da cartilha de prescrições novo-desenvolvimentistas: a consolidada hegemonia das ideias neoliberais e a aceitação da posição subalterna do país pelas camadas médias, pelas

¹⁰ Na lista dos vinte e dois maiores grupos atuantes no Brasil, em termos de vendas líquidas no mercado brasileiro, segundo a *Revista Exame Maiores&Melhores* de 2013, estavam, por ramo de atuação, as seguintes empresas e seu setores: Bradesco (financeiro); Vale (Mineração); JF Investimentos (bens de consumo e financeiro); Odebrecht (química, petroquímica, construção, financeiro); Santander (financeiro); Itaúsa (financeiro e construção); Ultrapar (varejo, química e serviços); Ultrapar (varejo e química); Pão de Açúcar (varejo e atacado); FIAT (autoindústria e financeiro); Gerdau (metalurgia); Telefônica (Telecomunicações); Votorantim (metalurgia, construção e financeiro); Ambev (bens de consumo); Carrefour (comércio); BRF (bens de consumo); Telemar (comunicações); Cosan (química, petroquímica, produção agropecuária, varejo); Cargill (bens de consumo); Marfrig, Walmart (não informados); Camargo Correa (serviços, construção, energia, bens de consumo, transporte, bens de capital); HSBC (financeiro). O mesmo padrão repete-se com o restante dos 200 maiores grupos listados pela *Revista Exame*. Como se pode notar, além de não haver uma separação clara entre os setores de atuação dos principais grupos atuantes no país, impossibilitando *ex ante* qualquer diferenciação entre supostas “frações da burguesia”, dos vinte e dois maiores grupos em 2013, nove eram estrangeiros e sete eram financeiros ou mesclavam atividades financeiras com outras não financeiras.

elites políticas e do aparato burocrático-administrativo, bem como pelas forças armadas no Brasil; a organização das igrejas neopentecostais e do tráfico de drogas em forma de influentes poderes políticos institucionalizados totalmente desvinculados e refratários à construção de um projeto nacional¹¹; a cristalização de um novo tipo de estrutura de personalidade autoritária na sociedade, cujas raízes merecem ser melhor estudadas¹²; a clivagem racial no seio da sociedade brasileira¹³. Como a análise permanece demasiadamente restrita aos cânones acadêmicos, ainda estão pendentes de reelaboração, no nível teórico, estes fatos perturbadores dos pressupostos assumidos.

Portanto, argumentamos que se o novo-desenvolvimentismo diz perseguir uma abordagem teórica inovadora, o que efetivamente consegue de um ponto de vista estrito da análise econômica, o conjunto de proposições dela derivado não parece ser aderente às alterações ocorridas no quadro social do Brasil contemporâneo. Em nossa visão, a nova (e complexa) configuração social no Brasil resiste ao uso das categorias tradicionais com as quais trabalha o novo-desenvolvimentismo.

O moderado crescimento recente da economia brasileira e sua baixa qualidade em termos de criação de valor industrial engendraram modificações no seio das classes sociais no Brasil, de cima a baixo, com consequências para o padrão de comportamento social, político, eleitoral, e de

organização do próprio Estado. À baixa qualidade do mercado de trabalho e do ensino do país – dada a queda da participação da indústria no PIB e a própria condição rebaixada de inserção do país na divisão internacional do trabalho¹⁴ – correspondeu o reforço do agronegócio, das finanças, do comércio de importação e mesmo a difusão das atividades ilegais (tráfico de drogas, armas, mercadorias etc.). No aspecto cultural (parte da chamada superestrutura econômica, nos termos marxistas clássicos), isto correspondeu, no “circuito superior”, a uma atuação individualista, rentista e autoritária dos proprietários do capital e setores médios, e no “inferior”,

¹¹ Por exemplo, na lista dos vinte e seis canais abertos de TV analógicos do estado de São Paulo, há pelo menos quatorze canais (53% do total) que transmitem total ou parcialmente conteúdo religioso. São eles: SBT; TV Record; Rede Gazeta; Rede Bandeirantes; Rede 21; Rede Vida; TV Novo Tempo; TV Canção Nova; RBI TV; CNT; Ideal TV; TV Sul Bahia; Rede Gospel; Rede Século XXI.

¹² Anderson defende haver uma “nova direita” no Brasil hoje, como tendo nascido no bojo de um processo de crescimento que trouxe benefícios materiais, mas “pouca solidariedade” entre os grupos sociais (ANDERSON, 2016). Explicando o que parece ser o surgimento ou cristalização de uma “nova direita” autoritária no Brasil, Anderson observou: “recrutada de uma geração mais nova de ativistas de classe média, uma nova direita – frequentemente orgulhosa de definir-se assim – fala menos de divindade, raramente de família, e reinterpreta a liberdade”.

¹³ Isto pode ser visto, por exemplo, na disparidade entre os índices de violência para indivíduos negros e não negros (bem como, é claro, no nível da representação política, da propriedade do capital etc.). Segundo o *Mapa da Violência no Brasil 2015*, em 2012, do total de 37.444 homicídios ocorridos no Brasil, 72% eram de pessoas da cor negra (INSTITUTO SANGARI, 2015, p.80).

¹⁴ Dentre os 65 países avaliados pelo PISA (*Programme for International Student Assessment*), divulgado pela OCDE (Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento) em 2010, o Brasil situava-se na 52ª posição.

ao aumento da criminalidade¹⁵ e crescimento das igrejas neopentecostais – agora articulados – como sujeitos econômicos e políticos, chegando ao Congresso Nacional e controlando um amplo aparato midiático.

Em outros termos, ao contrário do que afirma o novo-desenvolvimentismo, que busca criticar o processo de desindustrialização pelo qual passou o país, mas que argumenta, ao mesmo tempo, que este processo ocorreu paralelamente à manutenção de uma democracia que definia como “promissora”, argumentamos aqui que a deficiência teórica desta abordagem dá-se, em última instância, *por ignorar a correspondência entre as condições democráticas e os processos econômicos subjacentes*. No caso, numa economia subdesenvolvida tornada mais débil em termos produtivos e de comércio exterior, cujas classes dominantes rechaçaram um crescimento baseado no setor manufatureiro e no controle do mercado doméstico, parte dos trabalhadores tornou-se cada vez mais precarizada e alheia aos referenciais culturais que a permitiriam reconhecer-se como uma classe *em si*. Isto tornou difícil reunir as condições sociais que viabilizassem um pacto desenvolvimentista. Ou seja, a democracia no Brasil, na verdade, foi ficando cada vez *menos* “promissora” ao longo dos últimos anos¹⁶, porque mesmo o tipo de crescimento obtido foi ruim em termos de sua qualidade produtiva e de seus efeitos sociais tidos em termos mais abrangentes¹⁷. Isto quer dizer, em última instância, que a atual

posição do país na divisão internacional do trabalho, e sua correspondente configuração social, impedem que haja uma democracia “consolidada e viva” e dificultam a própria construção de uma frente ampla nacionalista necessária ao enfrentamento, sequer, de um imperialismo de tipo “hegemônico”.

5. Conclusão

A narrativa do novo-desenvolvimentismo na obra de Bresser-Pereira tem o mérito de não se enquadrar nos infrutíferos cânones ortodoxos da teoria econômica neoclássica. Não obstante, a potencialidade de tais recomendações barra

¹⁵ Segundo o documento *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)*, o Brasil tinha em 2014 a quarta maior população carcerária do mundo, com aproximadamente 622 mil indivíduos presos; do ponto das taxas por 100 mil habitantes, o Brasil ocupava a sexta posição. Entre 2003 e 2014, a população carcerária passou de 308 mil a 622 mil, crescimento de 2,01 vezes, ao passo que a população residente brasileira cresceu apenas 1,11 vezes no mesmo período, segundo os dados do IBGE.

¹⁶ Em 2014, do total de votos no segundo turno para as eleições presidenciais, a soma das abstenções, dos votos brancos e dos nulos chegou a 26% do número de aptos a votar. Este padrão tende a repetir-se. Conferir os resultados eleitorais em <<http://www.tse.jus.br/>>(consulta realizada em 27/06/2016).

¹⁷ Segundo o *Global Study on Homicide* (ONU, 2013, p.23), que usa fontes do Ministério da Justiça brasileiro, o Brasil, ainda que apresentando taxas internas bastante díspares entre seus estados e tendo reduzido suas taxas de homicídios ao longo da última década, tinha ainda em 2012 uma das sete maiores taxas de homicídios do mundo, ao lado de México e abaixo apenas de Venezuela, Colômbia, África do Sul, Guatemala e Honduras. Em 2012, no estado de São Paulo, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes era de 10,8 e no estado da Bahia era 41. Vale mencionar também que a produção de artefatos bélicos no Brasil, sendo uma das maiores em escala mundial, e uma das fontes mais óbvias de abastecimento doméstico de armas de fogo e munições, tem uma relação direta com o número de homicídios e o comércio ilegal de armas.

no que consideramos como pressupostos falhos da análise novo-desenvolvimentista, a saber: (1) o conceito de imperialismo aparece como limitado em termos históricos, e menos rigoroso do que parece demonstrar a história das relações Norte-Sul, o que leva a uma *subestimação* das dificuldades colocadas pelo imperialismo; (2) há outra subestimação do grau de dependência ao qual chegou a economia, com a presença estrutural do capital internacional em todas as esferas econômicas, o que dificulta a delimitação de um campo de atuação econômica exclusivo à burguesia doméstica; (3) ignora-se a impossibilidade prática da diferenciação entre uma chamada burguesia industrial e outra “rentista”, menosprezando eventuais diferenciações e contradições potencialmente mais férteis em termos políticos, entre (por exemplo) pequeno capital (nacional) e grande capital (internacionalizado e rentista), ou entre “negros pobres” e “brancos ricos” etc.; (4) ignora-se o conflito entre as condições econômicas reais e as condições político-institucionais, e mesmo culturais, no país. Por todas estas razões, subestimam-se os obstáculos e internos e externos para a aplicação de uma política desenvolvimentista.

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de. “Instituto Superior de Estudos Brasileiros”. In: ABREU, Alzira Alves de et alii (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
- ANDERSON, Perry. “Crisis in Brazil”. *London Review of Books*, vol. 38, n° 8, abril 2016.
- ARRIGHI, Giovanni. “Imperialismo”. In: BOTTOMORE, Tom & OUTWHAITE, William (org.). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996 [1993].
- BARBOSA, Wilson do Nascimento. “Relembrando a formação da CEPAL”. *Revista SEADE*. São Paulo, 1996.
- BRANDI, Paulo. “Getúlio Dornelles Vargas”. In: ABREU, Alzira Alves de et alii (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência”. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. São Paulo: Editora Revan, 2005, pp. 201-232.
- _____. *Macroeconomia da estagnação*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- _____. *A construção política do Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2014.
- _____. “Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico”. *Revista de Economia Política*, vol. 36, n° 2 (143), pp. 237-265, 2016.
- CLARKE, Peter; BACKHOUSE, Roger E. & CAIN, P.J. “Hobson, John Atkinson (1858–1940)”. In: DURLAUF, Steven N. & BLUME, Lawrence E. (org.). *The New Palgrave Dictionary of Economics*. Londres: Palgrave Macmillan, second edition, 2008.
- DEPEN (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL) – Ministério da Justiça. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Brasília, 2014.
- HOBSBAWM, Eric. *La era del imperio. 1875-1914*. 6ª edição. Buenos Aires: Crítica, 2009 [1987].
- HOBSON, John A. *Imperialism, a study*. Nova York: Cosimo Classics, 2005 [1902].
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Contas Regionais do Brasil, 2004-2008*. Rio de Janeiro, 2010.
- _____. *Sistema de Contas Nacionais – Brasil, 2005-2009*. Rio de Janeiro, 2011.
- _____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012*. Rio de Janeiro, 2013.
- _____. *Sistema de Contas Nacionais – Brasil, 2010-2013*. Rio de Janeiro, 2015.

INSTITUTO SANGARI/WAISELFSZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015. Mortes matadas por armas de fogo*. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2015.

JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005 [1958].

MIROS, John & SOTIROPOULOS, Dimitris P. *Rethinking imperialism, a study of capitalist rule*. Londres, Palgrave Macmillan, 2009.

MOYO, Sam & YEROS, Paris. "Imperialism and primitive accumulation: notes on the new scramble for Africa", *Agrarian South. Journal of Political Economy*. Los Angeles, vol. 1, nº 2, 2012.

NASCIMENTO, Benedito Heloiz do. *A ordem nacionalista brasileira*. São Paulo: Humanitas, 2002.

ONU (Organização das Nações Unidas). *Global Study on Homicide 2013*. Viena: United Nations Office on Drugs and Crime, 2013.

REVISTA EXAME. *Maiores e Melhores*. Edição Especial de 40 Anos. São Paulo: Abril Cultural, Julho 2013.

SCHUMPETER, Joseph. *Imperialism & Social classes*. Nova York: Meridian Books, 1966 [1951].

SICSÚ, João & VIDOTTO, Carlos. *Economia do desenvolvimento*. Teoria e políticas keynesianas. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

SICSÚ, João; DE PAULA, Luiz Fernando de & MICHEL, Renaut (org.). *Novo-Desenvolvimentismo*. Um projeto nacional de crescimento com equidade social. Barueri: Manole, 2005.